Mortos na ditadura

Ministério dá parecer a favor de reinstalação de comissão

Pasta da Justiça, de Ricardo Lewandowski, se manifesta sobre recriação de colegiado sobre mortos e desaparecidos políticos

GABRIEL DE SOUSA Brasília

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, chefiado pelo ministro Ricardo Lewandowski, deu parecer favorável à recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecial políticos, extinta em 2022 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A reinstalação do colegiado, que é defendido pelo ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, está empacada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em um oficio protocolado anteontem pelo ministro substituto Manoel Carlos de Almei-

Para lembrar

Sob Lula, assunto virou 'jogo de empurra'

Promessa

Em março de 2023, o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, se reuniu com familiares de pessoas que foram vítimas da ditadura. Na ocasião, ele disse que já havia deliberado sobre a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e faltava apenas o aval de Lula

Sem avanço

O Estadão mostrou no mês

da Neto, a pasta ratifica o parecer elaborado pelo ex-titular da Justiça Flávio Dino, que atualmente é ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Em março do ano passado, Dino foi favorável à reinstalação do colegiado, após Silvio

passado que, um ano depois, a situação seguia inalterada e não havia perspectivas de que o colegiado voltasse a funcionar no curto prazo. A comissão foi extinta no fim do governo Jair Bolsonaro (PL)

Estacionada

A pasta dos Direitos Humanos elaborou minuta para o restabelecimento da comissão. O texto foi submetido à Advocacia-Geral da União e aos ministérios da Defesa e da Justiça em 2023, com pareceres favoráveis das três pastas. Mesmo assim, o projeto empacou na Casa Civil

Almeida encaminhar uma minuta de decreto que estabelece "as medidas administrativas e jurídicas para o restabelecimento" da comissão.

PARADO. O projeto de reinstalação da comissão está paralisado na Casa Civil. O chefe da pasta, Rui Costa, alegou que seria necessária uma posição de Lewandowski para seguir adiante com a proposta. Segundo o ministro, o parecer dado por Dino não valeria mais. "É necessário aguardar o

"É necessário aguardar o pronunciamento do novo titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública (*Ricardo Lewandowski*) acerca da concordância com o conteúdo proposto", respondeu a Casa Civil ao Estadão no último dia 19 de março.

O Ministério dos Direitos

O Ministério dos Direitos Humanos só foi informado no mês passado sobre a necessidade de um parecer de Lewandowski. Um funcionário com acesso às áreas deliberativas da pasta da Justiça relatou à reportagem que a atual gestão não tinha conhecimento da necessidade de uma nova manifestação sobre o tema.

Ontem, a Casa Civil disse que ainda "não recebeu formalmente o citado parecer".

HISTÓRICO. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos foi criada em 1995 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com o objetivo de reconhecer pessoas mortas ou desaparecidas durante a ditadura militar (1964-1985) e des-

pachar sobre pedidos de indenização de familiares. O colegiado foi extinto no fim do governo Bolsonaro, quando faltavam 15 dias para ele deixar o Palácio do Planalto.

Coma chegada de Lula à Presidência, Silvio Almeida anunciou que a recriação do colegiado era uma das principais metas da sua gestão. Apesar disso, a proposta elaborada pelo ministro dos Direitos Humanos travou e os ministros do governo petista atribuem uns aos outros a responsabilidade pela inexistência do órgão.

Decisão

Ministro substituto da Justiça, Manoel Carlos de Almeida ratificou parecer favorável ao colegiado

A comissão causa apreensão na gestão petista, que tem apostado numa política de conciliação com as Forças Armadas. Um exemplo dessa estratégia de apaziguamento foi a ordem dada por Lula para cancelar todos os atos alusivos aos 60 anos do golpe militar, no més passado. A pasta de Silvio Almeida teve de desfazer os preparativos de um evento que seria realizado no Museu Nacional da República. ●

Investigação

Felipe Neto é autuado por injúria em inquérito aberto a pedido de Lira

KARINA FERREIRA

A Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados abriu um inquérito para apurar suposto crime de injúria cometido pelo influenciador Felipe Neto contra o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), após o youtuber chamá-lo de "excrementíssimo" durante uma sessão realizada na terça-feira.

Defesa

O influenciador nega que tenha tido a intenção de ofender a honra do parlamentar

O youtuber foi alvo de ato a abertura da investigação por injúria. O crime tem pena de um a seis meses de detenção ou multa, punição que é aumentada em um terço nos casos em que a vítima é servidor público ou presidente do Senado, da Câmara ou do Supremo Tribunal Federal (STF).

As informações foram divul-

gadas pela assessoria de Lira. Segundo o comunicado, a Procuradoria Parlamentar da Câmara vai processar Felipe Neto criminalmente na Justiça Federal.

Oinfluenciador participava virtualmente do simpósio Regulação de plataformas digitais. A reunião sobre o Projeto de Lei 2630/2020, mais conhecido como PL das Fake News, cobrava uma posição mais efetiva do governo Lula.

"É preciso que a gente altere a percepção em relação ao que é um projeto de lei como era o 2630, que foi, infelizmente, triturado pelo 'excrementíssimo' Arthur Lira. Se não tivermos o povo do nosso lado, os deputados não vão votar", afirmou o influenciador.

Em nota, Felipe Neto afirmou que sua intenção foi a de brincar com as palavras ese disse surpreso com a reação de Lira, o qual, segundo ele, já defendeu "várias vezes" que seus colegas pudessem falar "o que quisessem dentro do Congresso". ●



STECCIET PRESSREADER COM +1 604 278 4604 COPRIGHT NO PROTECTED FOR APPLICATION OF THE COPPRIGHT NO PROTECTED FOR APPLICATION OF THE COPPRIENT OF THE COPPRIGHT NO PROTECTED FOR APPLICATION OF THE COPPRIENT OF THE COPPRIE